



# CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA – C N A

Filiada na Coordenadora Europeia – Via Campesina – Sede : Bruxelas

Exm<sup>o</sup> Senhor, Secretário de Estado do Ambiente

e Presidente da Comissão para as Alterações Climáticas.

Assunto:

“Parecer” da C N A sobre:

## ***Bases para a Estratégia Nacional para Adaptação às Alterações Climáticas na Perspectiva do Sector Agrícola***

Excelência:

Para os devidos efeitos, segue o supra citado “parecer” da CNA:

### **Introdução**

Até agora, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC) tem servido mais para abrir novas oportunidades de negócios para as multinacionais e outras grandes empresas, através de grandes investimentos na chamada "economia verde", do que para reduzir as emissões de carbono. Esta perversão também contribui para agravar outros problemas como sejam o do acesso das populações aos recursos naturais, incluindo à terra, e à agricultura/alimentação.

O exemplo mais flagrante é o dos agrocombustíveis que, sem estar provada a sua mais valia na redução das emissões à escala planetária, tem servido para agravar a destruição de variadíssimos ecossistemas, para provocar uma corrida à aquisição de terras à escala mundial (e principalmente nos países em vias de desenvolvimento) e para aumentar as flutuações nos preços dos alimentos com consequências ao nível do seu acesso por toda a Humanidade. Salienta-se que a corrida a determinados agrocombustíveis, sobretudo àqueles que se obtêm através do milho,

também contribui para a actual escassez (crise alimentar) de alimentos para humanos e animais.

Por outro lado, em nossa opinião, existe uma ausência grave no seio deste debate e que está relacionada com o impacto dos acordos de livre comércio no aumento do consumo energético e de emissão dos gases com efeito de estufa, à escala global.

De facto, o actual modelo de desenvolvimento económico mundial, assente na eliminação das barreiras aduaneiras/comerciais, tem servido para deslocalizar a produção e o consumo, para além de destruir as produções de pequena dimensão e os circuitos directos de comercialização.

Por exemplo, hoje, grande parte dos alimentos e de tudo que consumimos de uma maneira geral percorre centenas ou milhares de quilómetros, com gastos elevados de energia e de libertação de CO<sub>2</sub>, enquanto ficam por escoar, grande parte das vezes, as produções locais.

### **Medidas de Combate às Alterações Climáticas na Perspectiva do Sector Agrícola**

Na opinião da CNA – Confederação Nacional da Agricultura, uma das principais políticas de combate às alterações climáticas deveria assentar na realocação do consumo e da produção, principalmente do consumo e da produção alimentares, enquanto medida essencial para alcançar a tão falada “eficiência energética”.

Por outro lado e ainda ao nível das medidas de combate às alterações climáticas, deveriam ser aumentados e diversificados os incentivos para apoio ao investimento em energias alternativas nas explorações agrícolas, nomeadamente para aproveitamento de bio-gás, energia solar e eólica.

### **Medidas de Mitigação/Adaptação às Alterações Climáticas na Perspectiva do Sector Agrícola**

A actividade agrícola é das actividades mais expostas e que mais irá sofrer com o agravamento das alterações climáticas, desde logo porque, em geral, é realizada ao ar livre sem qualquer protecção às intempéries.

Este agravamento do risco na actividade agrícola motivado pelo aumento das situações climáticas extremas, deve levar a que existam seguros públicos à actividade agrícola, muito diferentes daqueles que actualmente existem, que apenas garantem o mais improvável de acontecer, apesar do dinheiro despendido anualmente, quer pelo Estado quer pelos agricultores.

Estes seguros deverão cobrir os prejuízos com a perda das produções mas também repor o potencial produtivo das explorações no caso de terem sido afectadas infra-estruturas (ex: estufas) ou mesmo culturas permanentes que sejam afectadas na sua produtividade dos anos seguintes.

Por outro lado, a agricultura em Portugal vive ainda muito da cadência das chuvas e mais do que noutros sectores, a regularidade da pluviosidade é importantíssima. Tal irá colidir com a realidade que se perspectiva de uma época de chuvas mais curta, embora caracterizada por pluviosidade mais intensa.

A questão da falta de estruturas que possibilitem uma melhor distribuição, gestão e uso eficiente do recurso água, é de facto uma debilidade da agricultura Portuguesa. Assim, ainda existe muito a fazer ao nível da adaptação à nova realidade climática, no sentido de dotar a agricultura com uma maior capacidade de aproveitamento dos recursos hídricos existentes e, ao mesmo tempo, de um uso mais eficiente e sustentável da água de forma a também por aí diminuir custos de produção.

Aliás, contraditoriamente, é neste contexto de dificuldades gerais e de perda de rendimentos da actividade agrícola, que se está a fazer aumentar o preço da água para rega ( e consumo doméstico).

Acresce ainda a dificuldade, se não impossibilidade, de se adaptarem os ciclos das culturas e as próprias práticas culturais à inconstância do clima, bem como a possibilidade de agravamento da proliferação de pragas e doenças, aspectos que deverão ser tidos em conta por parte do Estado no sentido de um maior esforço no apoio à investigação, aconselhamento técnico e sistemas de aviso e profilaxia.

Por último, e ainda em relação às medidas de adaptação e mitigação dos impactos das alterações climáticas, dar dois exemplos da falta de transversabilidade desta preocupação em algumas políticas e estratégias actuais, que vão surgindo e caminhando exactamente em sentido contrário, agravando os possíveis impactos da nova realidade climática, nomeadamente sobre o recurso água e solo.

O primeiro exemplo prende-se com a alteração ao Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RAN) que veio "abrir as portas" desta reserva à produção florestal intensiva, como é o caso do eucalipto e que, comprovadamente e ao contrário do que diz o preâmbulo do Decreto-Lei n.º 73/2009, trata-se de uma produção/actividade passível de degradar os solos, podendo afectar irreversivelmente o seu uso, para além de ter impactos igualmente negativos sobre o recurso água.

O segundo exemplo tem a ver com a estratégia/promoção de instalação de olivais denominados de super-intensivos numa das zonas de Portugal com maiores riscos de desertificação e que é o Alentejo. Estes olivais super-intensivos, para além de colocarem em causa o futuro dos solos onde estão a ser instalados e de serem fortes consumidores de água, estão a colocar em causa o futuro dos olivais tradicionais por falta de competitividade. Olivais tradicionais esses perfeitamente adaptados às realidades edafoclimáticas, de exploração ambientalmente sustentável e com benefícios ao nível da redução do risco de desertificação.

De facto, o actual PDR, Programa de Desenvolvimento Rural, (2007 – 2013) voltado prioritariamente para a alegada “competitividade”, esqueceu os sistemas tradicionais extensivos muitos deles referenciados pela OCDE como sendo fundamentais ao nível da preservação do solo, água e biodiversidade. Portanto, mais um erro “crónico” do sistema e com múltiplas e gravosas consequências.

Com os melhores cumprimentos.

Coimbra, 27 de Maio de 2009

Pe' A Direcção Nacional da C N A

( João Dinis )